

Demonstrações Contábeis Regulatórias

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2021

Índice

Demonstrações contábeis regulatórias

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias 1

Demonstrações contábeis regulatórias

Balanço patrimonial 4

Demonstração do resultado 6

Demonstração do resultado abrangente 7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstrações dos fluxos de caixa 9

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 10 de março de 2022, com opinião sem modificação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

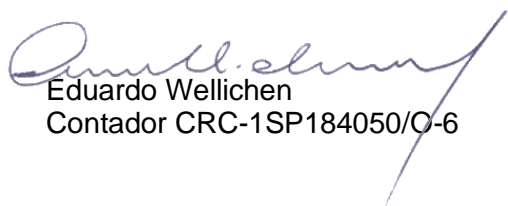
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Ativo Circulante		16.700	12.040
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	6.195	8.355
Investimentos Temporários	4	5.781	-
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias		4.080	2.232
Serviços em Curso		232	1.102
Tributos Compensáveis		34	50
Despesas Pagas Antecipadamente		5	4
Outros Ativos Circulantes		373	297
Ativo Não Circulante		166.699	173.336
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	5	418	320
Tributos Compensáveis		199	199
Depósitos Judiciais e Cauções		7	6
Outros Ativos Não Circulantes		993	995
Imobilizado	6.1	162.242	168.948
Intangível	6.2	2.840	2.868
Total do Ativo		<u>183.399</u>	<u>185.376</u>

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Passivo Circulante		3.987	9.936
Fornecedores		646	978
Obrigações Sociais e Trabalhistas		651	581
Tributos		847	660
Dividendos Declarados		-	4.763
Encargos Setoriais		993	1.736
Outros Passivos Circulantes		850	1.218
Passivo Não Circulante		32.643	33.652
Tributos Diferidos		275	220
Outros Passivos Não Circulantes		199	199
Obrigações Especiais		32.169	33.233
Total do Passivo		36.630	43.588
Patrimônio Líquido			
Capital Social	8.1	161.416	161.416
Reserva de Lucros	8.2	18.971	16.861
Prejuízos Acumulados	8.2	(55.944)	(50.777)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	8.2	22.326	14.288
Total do Patrimônio Líquido		146.769	141.788
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		183.399	185.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		53.320	46.970
(-) Parcela Variável		(271)	(10)
Tributos			
PIS-PASEP		(345)	(305)
Cofins		(1.591)	(1.409)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(490)	(434)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.379)	(1.221)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(212)	(188)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	9	<u>49.032</u>	<u>43.403</u>
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		<u>49.032</u>	<u>43.403</u>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	10	(3.042)	(2.700)
Material		(184)	312
Serviços de Terceiros		(701)	(1.124)
Arrendamento e Aluguéis		(170)	(169)
Seguros		(22)	(20)
Doações, Contribuições e Subvenções		(17)	(3)
Provisões		-	-
Tributos		(49)	(33)
Depreciação e Amortização		(5.926)	(5.923)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		60	(7)
Resultado da Atividade		<u>38.981</u>	<u>33.736</u>
Equivalência Patrimonial			
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(604)	(645)
Receitas Financeiras		389	492
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		<u>38.766</u>	<u>33.583</u>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(1.742)	(1.589)
Resultado Líquido do Exercício		<u>37.024</u>	<u>31.994</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado do Exercício	37.024	31.994
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u><u>37.024</u></u>	<u><u>31.994</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	194.416	12.474	(1.328)	10.954	(58.005)	158.511
Redução de Capital	(33.000)	-	-	-	-	(33.000)
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	-	(10.954)	-	(10.954)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	31.994	31.994
Destinação Proposta à A.G.O.:						-
Reserva Legal	-	1.002	-	-	(1.002)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(4.763)	(4.763)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	14.288	(14.288)	-
Reserva para Investimentos	-	-	4.713	-	(4.713)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	161.416	13.476	3.385	14.288	(50.777)	141.788
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	-	(14.288)	-	(14.288)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	37.024	37.024
Destinação Proposta à A.G.O.:						-
Reserva Legal	-	2.110	-	-	(2.110)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(17.755)	(17.755)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	22.326	(22.326)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	161.416	15.586	3.385	22.326	(55,944)	146.769

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 13. As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatório

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	37.024	31.994
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	30	32
Depreciação	5.896	5.891
Equivalência Patrimonial		
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.796	1.557
Juros e Variações Monetárias	-	2
Outros	65	(172)
	44.811	39.304
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	(1.946)	(1.211)
Tributos Compensáveis	(53)	70
Outros	793	(21)
	(1.206)	(1.162)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(743)	(173)
Fornecedores	(332)	(51)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	70	(18)
Tributos	(92)	(758)
Outros	(362)	1.053
	(1.459)	53
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	42.146	38.195
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.393)	(1.372)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	40.753	36.823
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Investimentos Temporários	(5.781)	7.920
Imobilizado	(322)	(1.064)
Intangível	(4)	(12)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento	(6.107)	6.844
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(36.806)	(10.954)
Redução de Capital	-	(33.000)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(36.806)	(43.954)
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.160)	(287)
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	8.355	8.642
No fim do exercício	6.195	8.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (a “Companhia” ou “STC”) está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão						
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Ciclo de degraú
006/2006	30	2036	52.396	IPCA	nov/07	2022-2023

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.895 de 13/07/2021. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 54.444.

Em 08 de novembro de 2007, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do COVID-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

A partir de 18 de outubro de 2021, os colaboradores do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de escala híbrida e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IPCA) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 13, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 21 de março de 2022.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.2. Arrendamentos

A STC avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a STC reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

As operações de arrendamento mercantil são restritas aos bens administrativos e estas operações devem ser submetidas à aprovação pelo Órgão Regulador quando celebradas entre partes relacionadas ou acarretar desvinculação de bem.

3.3. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.4. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.5. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

VNR (Valor Novo de Reposição)

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos temporários

Instituição / linha devedora	31/12/2021		31/12/2020	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	11.976	11.976	8.355	8.355
Caixa e Bancos	32	32	60	60
Aplicações Financeiras	6.163	6.163	8.295	8.295
Investimentos Temporários	5.781	5.781	-	-

5. Concessionárias e Permissionárias

5.1. Composição das Contas a Receber

Descrição	Valores Correntes						Total 2021	Total 2020
	Corrente a vencer	Corrente vencida				Mais de 360 dias (*)		
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.061	5	8	6	418	4.498	2.552	
Total	4.061	5	8	6	418	4.498	2.552	
						4.080	2.232	
						418	320	

(*) Alguns usuários do sistema de transmissão ingressaram com ações judiciais questionando as tarifas cobradas pelo uso de sistema de transmissão. Como essas ações foram ajuizadas há mais de um ano, a Companhia classifica no aging list um item vencido há mais de 365 dias. Cabe ressaltar dessas ações estão depositas judicialmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível.

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Imobilizado em Serviço										
Transmissão	235.086	-	-	8	(20)	235.074	(12)	(82.408)	152.666	159.631
Terrenos	214	-	-	-	-	214	-	-	214	214
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.003	-	-	-	-	1.003	-	(424)	579	612
Máquinas e Equipamentos	233.050	-	-	8	(20)	233.038	(12)	(81.429)	151.609	158.457
Veículos	781	-	-	-	-	781	-	(523)	258	340
Móveis e Utensílios	38	-	-	-	-	38	-	(32)	6	8
Administração	15	-	-	-	-	15	-	(15)	-	-
Máquinas e Equipamentos	15	-	-	-	-	15	-	(15)	-	-
Subtotal	235.101	-	-	8	(20)	235.089	(12)	(82.423)	152.666	159.631
Ativo Imobilizado em Curso										
Transmissão	9.294	306	-	(8)	(55)	9.537	243	-	9.537	9.294
Máquinas e Equipamentos	3.312	252	-	(8)	(41)	3.515	203	-	3.515	3.312
Material em depósito	3.363	7	-	-	-	3.370	7	-	3.370	3.363
Outros	2.619	47	-	-	(14)	2.652	33	-	2.652	2.619
Administração	23	16	-	-	-	39	16	-	39	23
Máquinas e Equipamentos	23	16	-	-	-	39	16	-	39	23
Subtotal	9.317	322	-	(8)	(55)	9.576	259	-	9.576	9.317
Total do Ativo Imobilizado	244.418	322	-	-	(75)	244.665	247	(82.423)	162.242	168.948

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço										
Transmissão	2.681	-	-	-	-	2.681	-	(150)	2.531	2.561
Servidões	2.531	-	-	-	-	2.531	-	-	2.531	2.531
Softwares	150	-	-	-	-	150	-	(150)	-	30
Administração	189	-	-	-	-	189	-	(188)	1	-
Softwares	125	-	-	-	-	125	-	(124)	1	-
Outros	64	-	-	-	-	64	-	(64)	-	-
Subtotal	2.870	-	-	-	-	2.870	-	(338)	2.532	2.561
Ativo Intangível em Curso										
Transmissão	200	-	-	-	-	200	-	-	200	200
Servidões	200	-	-	-	-	200	-	-	200	200
Administração	107	4	-	-	(3)	108	4	-	108	107
Softwares	105	4	-	-	(3)	106	4	-	106	105
Outros	2	-	-	-	-	2	-	-	2	2
Subtotal	307	4	-	-	(3)	308	4	-	308	307
Total do Ativo Intangível	3.177	4	-	-	(3)	3.178	4	(338)	2.840	2.868

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2021			31/12/2020
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,94%	235.074	(82.408)	152.666	159.631
Custo Histórico	2,94%	235.074	(82.408)	152.666	159.631
Administração	0,00%	15	(15)	-	-
Custo Histórico	0,00%	15	(15)	-	-
		235.089	(82.423)	152.666	159.631
Em curso					
Transmissão	-	9.537	-	9.537	9.294
Administração	-	39	-	39	23
		9.576	-	9.576	9.317
		244.665	(82.423)	162.242	168.948

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	252	-	252
Móveis e Utensílios	-	2	2
A Ratear	-	25	25
Material em Depósito	23	-	23
Depósitos Judiciais	-	20	20
Total das Adições	275	47	322

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

7. Provisões para Litígios

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Perda provável

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui demandas judiciais e administrativas classificados como probabilidade de perda “provável”, por isso, não contabilizou qualquer provisão.

Perda possível

Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, em de 31 de dezembro de 2021 as contingências com perda classificada como “possível” têm valor estimado de R\$240 referente a dois processos de natureza trabalhista (em 31 de dezembro de 2020, R\$203 referente a dois processos de natureza trabalhista).

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$161.416, representado por 211.003.246 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas Ordinárias	% do capital Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	129.872.000	61,55%	61,55%
Alupar Investimento S.A.	42.200.649	20,00%	20,00%
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	38.930.597	18,45%	18,45%
	211.003.246	100,00%	100,00%

8.2. Reservas de lucros

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva legal	15.586	13.476
Reserva de retenção de lucros	3.385	3.385
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	22.326	14.288
	41.297	31.149

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$15.586 (R\$13.476 em 31 de dezembro de 2020).

Reserva de retenção de lucros: Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$3.385.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Receita operacional bruta e líquida

<u>Receita Líquida</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	53.320	46.970
(-) Parcela Variável	(271)	(10)
Programa de Integração Social - PIS	(345)	(305)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.591)	(1.409)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(490)	(434)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.379)	(1.221)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(212)	(188)
Total	<u>49.032</u>	<u>43.403</u>

9.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2021, cujo impacto tarifário para o ciclo 2021~2022 referente aos contratos reajustados pelo IPCA foi de 8,06%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2020 (com data-base em 2019) e a próxima será em 1 de julho de 2024.

10. Pessoal e Administradores

<u>Pessoal e Administradores</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal		
Remuneração	1.617	1.399
Encargos	570	492
Previdência privada	32	58
Assistência médica	263	253
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	327	335
Outros	233	163
Total	<u>3.042</u>	<u>2.700</u>

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	53.049	53.049	46.960	46.960
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	4.244	6.366	3.757	5.635
Receitas financeiras	389	389	492	492
Base de cálculo	4.633	6.755	4.249	6.127
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	1.134	608	1.038	551
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.134	608	1.038	551

Em 09 de janeiro de 2018, a STC obteve decisão judicial favorável garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

12. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

13. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.195	-	6.195	8.355	-	8.355
Investimentos Temporários (*)	5.781	-	5.781	-	-	-
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	4.080	-	4.080	2.232	-	2.232
Serviços em Curso	232	-	232	1.102	-	1.102
Ativo Contratual da Concessão	-	34.445	34.445	-	37.394	37.394
Tributos Compensáveis	34	-	34	50	-	50
Despesas Pagas Antecipadamente	5	-	5	4	-	4
Outros Ativos Circulantes	373	-	373	297	-	297
Ativo Não Circulante						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	418	-	418	320	-	320
Tributos Compensáveis	199	-	199	199	-	199
Depósitos Judiciais e Cauções	7	-	7	6	-	6
Ativo contratual da concessão	-	174.731	174.731	-	172.362	172.362
Outros Ativos Não Circulantes	993	-	993	995	-	995
Imobilizado	162.242	(162.135)	107	168.948	(168.805)	143
Intangível	2.840	(2.828)	12	2.868	(2.857)	11
Total do Ativo	183.399	44.213	227.612	185.376	38.094	223.470

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	646	-	646	978	-	978
Arrendamento Mercantil	-	44	44	-	55	55
Obrigações Sociais e Trabalhistas	651	-	651	581	-	581
Tributos	847	-	847	660	-	660
Dividendos Declarados (*)	-	-	-	4.763	-	4.763
Encargos Setoriais	993	-	993	1.736	-	1.736
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	2.291	2.291	-	2.487	2.487
Outros Passivos Circulantes	850	-	850	1.218	-	1.218
Passivo Não Circulante						
Arrendamento Mercantil	-	42	42	-	89	89
Tributos Diferidos	275	6.443	6.718	220	6.457	6.677
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	11.618	11.618	-	11.462	11.462
Outros Passivos Não Circulantes	199	-	199	199	-	199
Obrigações Especiais	32.169	(32.169)	-	33.233	(33.233)	-
Total do Passivo	36.630	(11.731)	24.899	43.588	(12.683)	30.905
Patrimônio Líquido						
Capital Social	161.416	-	161.416	161.416	-	161.416
Reservas de Lucros	18.971	-	18.971	16.861	-	16.861
(Prejuízos) Acumulados	(55.944)	55.944	-	(50.777)	50.777	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	22.326	-	22.326	14.288	-	14.288
Total do Patrimônio Líquido	146.769	55.944	202.713	141.788	50.777	192.565
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	183.399	44.213	227.612	185.376	38.094	223.470

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, às seguintes contas: Investimento de curto prazo e Dividendos a pagar, respectivamente.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	53.320	(53.320)	-	46.970	(49.507)	(2.537)
Receita de Operação e Manutenção	-	12.999	12.999	-	11.235	11.235
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	39.744	39.744	-	24.919	24.919
(-) Parcela Variável	(271)	-	(271)	(10)	-	(10)
Tributos						
PIS-PASEP	(345)	4	(341)	(305)	87	(218)
COFINS	(1.591)	18	(1.573)	(1.409)	401	(1.008)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(490)	-	(490)	(434)	-	(434)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.379)	15	(1.364)	(1.221)	347	(874)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(212)	2	(210)	(188)	54	(134)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	49.032	(538)	48.494	43.403	(12.464)	30.939
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	49.032	(538)	48.494	43.403	(12.464)	30.939
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(3.042)	-	(3.042)	(2.700)	-	(2.700)
Material	(184)	(239)	(423)	312	(1.057)	(745)
Serviços de Terceiros	(701)	-	(701)	(1.124)	-	(1.124)
Arrendamento e Aluguéis	(170)	17	(153)	(169)	66	(103)
Seguros	(22)	-	(22)	(20)	-	(20)
Doações, Contribuições e Subvenções	(17)	-	(17)	(3)	-	(3)
Tributos	(49)	-	(49)	(33)	-	(33)
Depreciação e Amortização	(5.926)	5.911	(15)	(5.923)	5.869	(54)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	60	-	60	(7)	-	(7)
Resultado da Atividade	38.981	5.151	44.132	33.736	(7.586)	26.150
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(604)	8	(596)	(645)	(30)	(675)
Receitas Financeiras	389	(6)	383	492	-	492
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	38.766	5.153	43.919	33.583	(7.616)	25.967
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(1.742)	14	(1.728)	(1.589)	388	(1.201)
Resultado Líquido do Exercício	37.024	5.167	42.191	31.994	(7.228)	24.766

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

13.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

13.1.2. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto de 8% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

13.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13.1.4. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) - Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) - Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatórios.

13.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	202.713	192.565
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(76.314)	(71.207)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	18	24
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	20.352	20.406
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>146.769</u>	<u>141.788</u>

13.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	42.191	24.766
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(5.024)	7.747
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(129)	(131)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(14)	(388)
Lucro líquido regulatório	<u>37.024</u>	<u>31.994</u>